

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 124.034 - PB (2020/0036434-3)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
RECORRENTE : ALEXANDRE LAVOR DA SILVA (PRESO)
ADVOGADO : MATHEUS OLIVEIRA NOGUEIRA LACERDA - PB026462
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto em face de acórdão assim relatado (fls. 155-156):

Trata-se de com pedido de liminar, impetrado pelo advogado Matheus Oliveira Nogueira *habeas corpus*, Lacerda, em favor de Alexandre Lavor da Silva, que se encontra preso por força de decisão que indeferiu o pedido de revogação da prisão preventiva, proferida pelo Juízo da 3ª Vara Criminal da Comarca da Capital, ora apontado como autoridade coatora.

Exsurge dos autos que o paciente encontra-se custodiado preventivamente, por, suposta, violação ao artigo 157, §§2º, inciso II e 2º-A, inciso I, do Código Penal, por ter, supostamente, juntamente com outros indivíduos, no dia 12 de novembro de 2019, durante a noite, mediante grave ameaça, consistente no uso de arma de fogo, subtraído um veículo H20, branco, ano 2015, placa PDU 8804/PB (id. 5164378 – denúncia).

In casu, alega o impetrante, em suma, que o coacto está padecendo de constrangimento ilegal, ao argumento de nulidade da prisão em flagrante, uma vez que a suposta infração penal ocorreu no dia 12/11/2019, enquanto que o acusado, apenas, foi abordado no dia 14/11/2019, não havendo, portanto, situação de flagrância.

Assevera, também, que o decreto preventivo não possui os requisitos e fundamentos necessários a ensejar a constrição cautelar.

Aduz, ainda, que o paciente possui condições pessoais favoráveis à concessão da liberdade provisória, a saber, tecnicamente primário, bons antecedentes, boa conduta social, trabalhador, é pai e possui um filho.

Diante desses argumentos, o impetrante requer a concessão de liminar para que seja expedido alvará de soltura em favor do custodiado. No mérito, pugna pela concessão da ordem, com aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

Liminar indeferida (id. 5181039).

Informações prestadas pela autoridade tida coatora, esclarecendo que a prisão em flagrante foi convertida em preventiva, em audiência de custódia. Asseverou, também, que o réu foi citado, tendo apresentado defesa escrita. Disse, ainda, que, em virtude de um corrêu encontra-se possivelmente foragido, determinou a separação do processo em relação a ele. (id. 5213192).

A Procuradoria de Justiça, em parecer da lavra da insigne Procuradora de Justiça, Dra. Maria Lurdélia Diniz de Albuquerque, manifestou-se pela denegação da ordem (id. 5249449).

É o relatório.

O recorrente foi preso em flagrante, em 12/11/2019, pela prática do delito de roubo, tipificado art. 157, §§ 2º, inciso II e 2º-A, inciso I, do Código Penal, convertido em prisão em preventiva.

Requer que seja concedida a liberdade provisória, sob as alegações de nulidade da prisão em flagrante, desproporcionalidade da medida extrema, ausência de motivação para sua manutenção, falta dos requisitos autorizadores da segregação cautelar, possibilidade de aplicação de medidas cautelares alternativas, sustentando ostentar o recorrente condições pessoais favoráveis.

A liminar foi indeferida.

As informações foram prestadas.

O Ministério Público Federal ofertou parecer, manifestando-se pelo não provimento do recurso.

Na origem, o processo n. 0010846-32.2019.8.15.2002 encontra-se com protocolização de recurso de apelação, conforme informações processuais eletrônicas extraídas do *site* do Tribunal *a quo* em 19/3/2020.

É o relatório.

DECIDO.

Conforme relatado, requer o recorrente o provimento do presente recurso sob a alegação, em suma, de nulidade da prisão em flagrante, desproporcionalidade da medida extrema, ausência de motivação para sua manutenção, falta dos requisitos autorizadores da segregação cautelar, possibilidade de aplicação de medidas cautelares alternativas, frisando a defesa as condições pessoais favoráveis do paciente.

No que tange à alegada nulidade do flagrante, de acordo com o entendimento desta Corte, a alegação de nulidades porventura existentes na prisão em flagrante ficam superadas com a conversão do flagrante em prisão preventiva, tendo em vista que constitui novo título a justificar a privação da liberdade (HC n. 429.366/PR, Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, DJe de 16/11/2018). No mesmo sentido: RHC 108.338/RJ, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 19/03/2019, DJe 01/04/2019.

Ademais, a desproporcionalidade do regime em que cumprida a prisão não pode ser aferida antes da dosimetria da pena pela sentença, não cabendo, na via eleita, a antecipação dessa análise. A esse respeito: AgRg no RHC 77.138/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 02/02/2017, DJe 10/02/2017 e HC 360.342/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 01/09/2016, DJe 12/09/2016.

Posto isso, não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar

da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos exigidos pelo art. 312 do CPP.

No curso deste recurso sobreveio sentença, que assim dispôs no tocante a prisão preventiva (fl. 272):

Mantenho a prisão preventiva, anteriormente decretada, tendo em vista que não surgiram fatos novos capazes de modificar a decisão anteriormente proferida. Considerando ainda, que se encontram presentes os requisitos autorizadores para sua decretação em especial a garantia da ordem pública e para assegurar a aplicação da lei penal. Ademais, as medidas cautelares diversas da prisão se mostram inadequadas e insuficientes para o caso em concreto (art. 387, § 1º, do CPP). In casu, **os imputados praticaram roubo em um grupo de quatro pessoas. Constam dos autos que um dos integrantes da equipe queria colocar a vítima dentro da mala do veículo, com a intenção de sequestrá-la, para que a vítima não acionasse a polícia, revelando periculosidade. Pela ação anterior, revelaram que não estão aptos ao convívio em sociedade, por ser um perigo para a população ordeira de João Pessoa, devendo, por enquanto, permanecerem afastados da coletividade.** Caso sejam soltos a população corre sério risco de ser atacada novamente, posto que agiram sem provocação, apenas motivados pela cobiça alheia e pela insensibilidade moral.

Por sua vez, o decreto de prisão preventiva foi assim fundamentado (fls. 31-32):

Os custodiados acima foram presos em flagrante acusados de juntamente com mais dois terem assaltado a vítima, uma mulher, que levando desta o seu veículo H620. **Na ação, a vítima revelou que conseguiu ver dois deles armados, com arma de fogo, inclusive tentaram obrigá-la a entrar no porta malas do veículo e, para não ser sequestrada, deitou-se no chão, sendo que não foi levada porque um dos assaltantes, Matheus, foi contra esse tipo de ação.**

O acusado Alexandre confessou na polícia que apanhou dos comparsas depois do assalto, porque bateu no carro, o que ensejou a presença de policiais na área, descobrindo o crime.

Como se verifica a ação foi violenta com uso de arma e há notícias de que também chegaram a agredir o comparsa, revelando agressividade do grupo, o que demonstra que não podem ficar em liberdade, sendo uma ameaça para a ordem pública. Este tipo de população ao pânico e a liberdade dos acusados ação leva à transmite uma sensação de impunidade, o que só leva a escalada da violência. A versão de que teriam sido forçados delito será apurada durante a instrução criminal, para praticar o momento não há qualquer elemento no processo de quem seriam estas pessoas, quem seria o agiota, inclusive forneceram nomes diferentes aqui na audiência, caindo em contradição. **Neste além do uso de arma de fogo há o concurso de pessoas, para qualificar o roubo.** Dependendo da análise das provas,

pode-se até chegar a uma tentativa de sequestro da vítima. Desta forma, pelos atos praticados não há que se falar em os acusados responderem o processo em liberdade. O custodiado Alexandre se envolve em delitos desde que era adolescente, já que foi acusado de homicídio na segunda vara da infância e da juventude. Assim, converto a prisão em flagrante dos acusados em prisão preventiva dos custodiados **ALEXANDRE LAVOR DA SILVA** e **MATHEUS DE MORAIS SILVA PASSOS**, PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E POR CONVENIENCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL.

Como já adiantado por ocasião da análise da liminar, o decreto prisional foi fundamentado com base na gravidade concreta do crime de roubo qualificado, evidenciada nas circunstâncias fáticas, destacando-se que *Na ação, a vítima revelou que conseguiu ver dois deles armados, com arma de fogo, inclusive tentaram obrigá-la a entrar no porta malas do veículo e, para não ser sequestrada, deitou-se no chão [...]. Como se verifica a ação foi violenta com uso de arma e há notícias de que também chegaram a agredir o comparsa, revelando agressividade do grupo.*

Com efeito, a jurisprudência desta Corte Superior é pacífica no sentido de que justifica a prisão preventiva a verificação de circunstâncias reveladoras de uma gravidade acentuada do delito, evidenciada no uso de grande número de armas de fogo, mediante concurso de quatro agentes. Nesse sentido: HC n. 302029/SP – 6ª T. – unânime – Rel Min. Sebastião Reis Júnior – DJe 5/2/2015; RHC n. 40739/SP – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Sebastião Reis Júnior – DJe 9/9/2014; RHC n. 44777/PR – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Jorge Mussi – DJe 25/8/2014; RHC n. 46956/SP – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Regime Helena Costa – DJe 10/6/2014

Havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator